



SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões  
Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Ofício nº 117/2024 – CPIBETS

Brasília, 18 de dezembro de 2024.

A Sua Excelência o Senhor  
**FERNANDO HADDAD**  
Ministro da Fazenda do Brasil

Assunto: **Informações – REQ 259/2024 - CPIBETS**

Na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 680/2024, para “*investigar, no prazo de 130 (cento e trinta) dias, a crescente influência dos jogos virtuais de apostas online no orçamento das famílias brasileiras, além da possível associação com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades*”, encaminho a Vossa Excelência o **Requerimento nº 259/2024 - CPIBETS**, para atendimento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, em linha com o art. 218, §3º, do Código de Processo Civil, c/c art. 24 da Lei nº 9.784/1999 e art. 412, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Solicito que qualquer resposta a esse respeito seja encaminhada, em meio magnético e preferencialmente com assinatura digital nos arquivos, para o endereço eletrônico [cpibets@senado.leg.br](mailto:cpibets@senado.leg.br).

Caso haja alguma dificuldade técnica no envio dos arquivos, solicito seja contatada a Secretaria da Comissão no telefone constante do rodapé deste ofício para que seja disponibilizado link específico com vistas ao envio da documentação.





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões  
Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Por fim, tendo em vista o princípio da publicidade na administração pública consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de envio de documentação envolvendo informações resguardadas por sigilo, tal circunstância seja informada expressamente no encaminhamento da resposta a este expediente, indicando-se a fundamentação legal do alegado sigilo.

Atenciosamente,

**Senador Dr. Hiran**  
Presidente da CPIBETS





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

**REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS**

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre os processos administrativos relacionados às autorizações concedidas ou negadas a empresas de apostas esportivas no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre os processos administrativos relacionados às autorizações concedidas ou negadas a empresas de apostas esportivas no Brasil.

Nesses termos, requisita-se:

1. Cópia integral de todos os processos administrativos que tramitaram ou estão em tramitação no âmbito do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Prêmios e Apostas, relativos às solicitações de autorização para operação de empresas de apostas esportivas no Brasil, desde o início do processo regulatório até a presente data.
2. Relação das empresas que apresentaram seus pedidos de autorização até o prazo regulamentar (agosto de 2024), discriminando:



- a) Situação atual do processo (aprovado, pendente, ou negado);
  - b) Razões para eventual indeferimento de pedidos;
  - c) Medidas adotadas para sanar irregularidades em pedidos que apresentaram inconsistências.
3. Informações detalhadas sobre os requisitos financeiros e documentais exigidos para a concessão de autorização, incluindo critérios de integralização de capital, pagamento de outorga, constituição de reservas, e comprovação de origem de recursos.
  4. Relatório sobre a quantidade de notificações já emitidas às empresas solicitantes e previsão para conclusão da análise e publicação da lista definitiva de empresas autorizadas a operar, conforme o cronograma estipulado.
  5. Informações sobre as empresas que perderam o prazo de solicitação e os procedimentos previstos para regularização futura.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como objetivo investigar a crescente influência dos jogos virtuais de apostas online no orçamento das famílias brasileiras, além de eventuais práticas associadas, como a possível utilização desses negócios para operações financeiras atípicas e o uso de influenciadores digitais na promoção dessas atividades.

A solicitação dos documentos e informações acima elencados é essencial para os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, uma vez que permitirá a análise detalhada do processo regulatório, das exigências impostas pelo Ministério da Fazenda e do impacto desse mercado no orçamento das famílias brasileiras.

Considerando que o número de solicitações ultrapassa 300 empresas e que a regularização do mercado de apostas tem reflexos econômicos e sociais



amplos, o acesso a essas informações é indispensável para o cumprimento do objeto da CPI.

O mercado de apostas esportivas tem se expandido de forma acelerada no Brasil, trazendo impactos econômicos, sociais e culturais que ainda não foram plenamente dimensionados.

A regularização desse setor, que se encontra em fase de implementação pelo Ministério da Fazenda, representa um marco importante, mas também levanta questões críticas sobre a transparência, a conformidade financeira das empresas envolvidas e os efeitos no orçamento das famílias brasileiras.

Com base nas informações já divulgadas, mais de 300 empresas enviaram pedidos de autorização para operar no país, sendo que algumas já foram notificadas enquanto outras aguardam resposta.

Contudo, o processo de análise dessas solicitações, incluindo a verificação de requisitos como integralização de capital, pagamento de outorga e comprovação de origem de recursos, ainda carece de informações detalhadas, essenciais para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) possa cumprir seu objetivo de investigar os impactos do setor de apostas online.

Ademais, a identificação de empresas autorizadas e a análise dos processos administrativos permitirão verificar se os critérios estabelecidos pelo governo estão sendo rigorosamente seguidos e se as práticas adotadas garantem a legalidade e a segurança desse mercado.

Também é fundamental compreender como se dará o tratamento das empresas que perderam o prazo de solicitação e os possíveis efeitos de sua suspensão ou regularização tardia.

Dessa forma, o acesso à íntegra dos processos administrativos e demais informações detalhadas pelo Ministério da Fazenda é imprescindível para que a CPI das Bets possa avaliar adequadamente o impacto do setor de apostas online no



Brasil e propor eventuais recomendações ou ajustes legislativos necessários para proteger os interesses da sociedade.

Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 5 de dezembro de 2024.

**Senadora Soraya Thronicke  
(PODEMOS - MS)**

